Editorial

A essência política e militante da bioética

Temos o prazer de apresentar mais um volume da nossa Revista Brasileira de Bioética (RBB)! Gostaríamos de começar ressaltando que é uma satisfação poder dizer hoje que após anos de problemas relativos à periodicidade, a Revista está em dia! Além disso, vale a pena dizer que é motivador testemunhar o aumento constante de artigos submetidos por parte de autores do Brasil e do exterior, e também a excelente qualidade da maioria destas submissões. Também é importante registrar a boa recepção que o novo design da RBB e o novo sistema de publicação (rolling pass) têm tido entre os nossos autores e leitores.

Nessa edição inauguramos oficialmente um novo tipo de editorial, mais propositivo, reflexivo e analítico do que os anteriores, que se caracterizavam por ter um tom mais descritivo e expositivo. Gostaríamos de abrir essa nova etapa editorial discutindo o tema da relação existente entre bioética e política, a propósito da cada vez mais frequente opinião no mundo político e social no sentido de a bioética (especialmente na sua vertente relacionada à ética em pesquisa) ser uma disciplina técnica, com definições absolutas que não admitem discussões filosóficas. Queremos dividir esta curta reflexão em dois momentos.

Em primeira medida, convém lembrar que, em termos teóricos, a ética e a política têm uma relação epistemológica direta e profunda, uma vez que a ética responde à noção coletiva e relativa ao poder que se encontra na base da política. Assim, a existência e o exercício da ética apenas têm sentido em um contexto político dado, que dote de significado o "costumeiro", o "adequado" ou o "normativo" a que se refere a ética em todas as suas reflexões. De outra forma, em termos teóricos, desconectar ética e política tornaria inviável a existência da ética como categoria de análise.

Sobre o "costumeiro", "adequado" e "normativo", serve para demonstrar, mais uma vez, a relação estreita existente entre ética e política, pois só se tornam "costumeiras", "ade-

quadras" e "normativas" aquelas práticas que têm sido legitimadas pelo exercício do poder, entendendo o poder como a capacidade de praticar autoridade, força ou domínio sobre determinada dimensão da vida social. E aqui radica a importância de reconhecer (e também o perigo de desconhecer!) a relação próxima (e inclusive obrigatória) entre a ética e a política.

Com relação à importância de reconhecer essa dimensão política indispensável, deve-se afirmar que ao fazê-lo, faz-se possível aproveitar a ética como instrumento privilegiado para o exercício do poder, especialmente para o questionamento de situações de injustiça e vulneração de direitos que têm sido historicamente normalizadas como "costumeiras" ou "adequadas". Neste sentido, aceitar a relação entre ética e política tem a potencialidade de fazer da ética uma ferramenta para a luta por um mundo mais equitativo, onde as liberdades e direitos de todos sejam, de fato, respeitados.

A existência da nossa RBB se fundamenta no compromisso público com a defesa de uma bioética combativa, militante e politizada, uma vez que se coloca como veículo de difusão de uma bioética com essas características. Fica então o convite, mais uma vez, para autores comprometidos socialmente enviarem suas contribuições à Revista.

Em segunda medida, e para finalizar, convém ressaltar que a desconexão entre ética e política que várias vozes hoje propõem em diferentes partes do mundo envolve, além de problemas epistemológicos, perigos práticos na vida concreta e real dos coletivos e indivíduos. Principalmente, os perigos se conectam à normalização e, mais delicado ainda, à impossibilidade de questionar essa normalização, de "costumes" e "normas" profundamente prejudiciais para indivíduos e comunidades vulneráveis.

Neste sentido, ademais é importante dizer que esses perigos práticos ficam mais evidentes e graves quando à desconexão mencionada se soma a pretensão de fazer da ética uma questão técnica, pois essa pretensão procura dotar da máxima legitimidade os juízos (sempre políticos, embora esse fato não seja reconhecido!) "técnicos" e "acéticos" desenvolvidos. Exemplos sobre essa circunstância estão hoje presentes especialmente no exercício da ética em pesquisa, especificamente na definição dos limites relativos ao uso do placebo, à participação de crianças e mulheres grávidas em pesquisa, e ao acesso à medicação pós-estudo, dentre outros.

Fica então nosso chamado para autores do Brasil, da América Latina e do mundo todo para refletirem a respeito desta questão e, naturalmente, enviarem suas contribuições neste tema, ou em qualquer outro relativo à área da bioética, para serem publicadas na RBB.

**Volnei Garrafa e Camilo
Manchola-Castillo /Editores**